



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI - Nº 29

QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1991

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATADA 13ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE ABRIL DE 1991

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

DEPUTADO ELIAS MURAD – Situação empregatícia do secretariado parlamentar na Câmara dos Deputados. Elogios a ECT pelo lançamento de selo de alerta aos perigos do tabagismo, alcoolismo e das drogas em geral.

DEPUTADO LOURIVAL FREITAS – Insucesso da campanha "Caça aos marajás", bandeira de campanha do Presidente Fernando Collor.

DEPUTADO CARDOSO ALVES – Nomeação do ex-Senador José Ignácio Ferreira para a Presidência da Telebrás.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Paralelo entre os custos de alimentação dos presos em cadeias de São Paulo e as diárias hospitalares pagas pelo INSS.

1.3 – ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1990 (nº 3.110/89, na origem), que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Mantido o Veto.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 1990, que dispõe

sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. **Mantido o Veto.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de Impostos de Importação e dá outras providências. **Mantido o Veto.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 1990, que altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nºs 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1989 (nº 6.094/85, na origem), que altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da categoria funcional de agente de vigilância e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1982 (nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 46 de 1985 (nº 7.941/86, na Câmara dos Deputados), que introduz

modificações no Código Penal. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1985 (nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 – Código Nacional de Trânsito. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1982 (nº 7/87, na Câmara dos Deputados), que faculta aos depositantes de estabelecimentos bancários terem consignados em seus talões de cheques as referências que especifica e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1987 (nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Economistas Domésticos, regula seu funcionamento e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1983 (nº 1.003/79, na origem), que dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 289, de 1979 (nº 7.938/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSÔS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200-exemplares.

sobre o instituto da retrocessão e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1988 (nº 3.589/89, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Reginalda Vieira Raduan. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1982 (nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a País estrangeiro pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (nº 3.158/89, na origem), que dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos profissionais de saúde. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1988 (nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a emissão de selo comemorativo à Semana do Deficiente Físico, à cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990 (nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 5, de 1990-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1990 (nº 2.036/89, na origem), que determina a indicação do prazo de prescrição nos títulos de créditos

(cambiais). **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1983 (nº 7.677/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proibição da caça ao jacaré e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1990 (nº 3.656/89, na origem), que dispõe sobre a extinção de recursos *ex officio*. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1986 (nº 1.945/83, na origem), que inclui o fotógrafo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1990 (nº 3.607/90, na origem), que dispõe sobre a criação da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências.

Votação adiada por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1990 (nº 1.032/88, na origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Secretário, revoga a Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1990 (nº 3.797/89, na origem), que cria a Zona de Processamento de Exportação do Município de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 14, de 1990-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais de Cr\$ 1.598.225.000,00, para os fins que especifica. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1983 (nº 8.037/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 48, de 1990, que dispõe sobre a comercialização e industrialização do trigo, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 30/88 (nº 1.418/88, na Câmara dos Deputados), que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações, tornando obrigatório que as emissoras de televisão, ao final das programações diárias, transmitam imagens de crianças desaparecidas ou seqüestradas. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 160/84 (nº 8.597/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivos à Lei nº 6.024, de 13 de março de 1984. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1990 (nº 5.504/90, na origem), que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1983 (nº 8.281/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de teatro ou biblioteca pública, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1984 (nº 8.036/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o recenseamento no Distrito Federal, nos municípios das capitais dos estados e nos que integrem as regiões metropolitanas. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1990 (nº 4.788/90, na Casa de origem), que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1990 (nº 4.759/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação das Procuradorias da República nos Estados de Roraima e Amapá e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 – Comunicação da Presidência

– Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 – ENCERRAMENTO

Ata da 13ª Sessão Conjunta, em 3 de Abril de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Alexandre Costa – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Aluizio Bezerra – Amazonino Mendes – Amir Lando – Antonio Mariz – Aureo Mello – Beni Veras – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – Chagas Rodrigues – Cid Galóia de Carvalho – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Dirceu Carneiro – Dario Pereira – Divaldo Sruagui – Eduardo Suplicy – Elcio Álvares – Esperidião Amin – Epitácio Cafeteira – Fernando Henrique Cardoso – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Hélio Campos – Henrique Almeida – Humberto Lucena – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – João Calmon – João Rocha – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – José Paulo – José Richa – Júlio Campos – Júlio – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Lourenberg Nunes Rocha – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Marco Maciel – Mário Covas – Marluce Pinto – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Oziel Carneiro – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Ronaldo Aragão – Ruy Bacelar – Teotônio

Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida – PTB; Avenir Rosa – PDC; Francisco Rodrigues – PTB; Marcelo Luz – PDS; Rubem Bento – Bloco.

Amapá

Aroldo Góes – PDT; Eraldo Trindade – Bloco; Fátima Pelas – Bloco; Gilvam Borges – Bloco; Lourival Freitas – PT; Murilo Pinheiro – Bloco; Sérgio Barcellos – Bloco; Valdenor Guedes – PTB.

Pará

Aldid Nunes – Bloco; Carlos Kayath – PTB; Eliel Rodrigues – PMDB; Gerson Peres – PDS; Giovanni Queiroz – PDT; Hermínio Calvino – PMDB; Hilário Coimbra – PTB; José Diogo – PDS; Mário Chermont – PTB; Mário Martins – PMDB; Nicias Ribeiro – PMDB; Osvaldo Melo – PDS; Paulo Rocha – PT; Paulo Titan – PMDB; Valdir Ganzer – PT.

Amazonas

Beth Azize – PDT; Eduardo Braga – PDC; Euler Ribeiro – PMDB; José Dutra – PMDB; Pauderney Avelino – PDC; Ricardo Moraes – PT.

Rondônia

Carlos Camurça – PTR; Edison Fidelis – PTB; Jakes Rabelo – PTB; Maurício Calixto – PTB; Nobel Moura – PTB; Pascoal Novaes – PTR; Reditário Cassol – PTR.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Célia Mendes – PDS; Francisco Diogenes – PDS; João Maia – PMDB; João Tota – PDS; Mauri Sérgio – PMDB; Ronivon Santiago – PMDB; Zila Bezerra – PMDB.

Tocantins

Eduardo Siqueira Campos – PDC; Freire Júnior – Bloco; Hagahus Araujo – PMDB; Leomar Quintanilha – PDC; Osvaldo Reis – PDC; Paulo Mourão – PDC.

Maranhão

Cesar Bandeira – Bloco; Costa Ferreira – Bloco; Eduardo Matias – PDC; Haroldo Sabóia – PDT; Jayme Santana – PSDB; João Rodolfo – PDS; José Burnett – Bloco; José Carlos Sabóia – PSB; José Reinaldo – Bloco; Nan Souza – Bloco; Paulo Marinho – Bloco; Pedro Novais – PDC; Ricardo Murad – Bloco; Roseana Sarney – Bloco; Sarney Filho – Bloco.

Ceará

Aécio de Borba – PDS; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Edson Sil-

va - PDT; Jackson Pereira - PSDB; José Linhares - PSDB; Luiz Girão - PDT; Luiz Pontes - PSDB; Marco Penaforte - PSDB; Maria Luiza Fontenele - PSB; Mauro Sampaio - PSDB; Moroni Torgan - PSDB; Orlando Bezerra - Bloco; Pinheiro Landim - PMDB; Sergio Machado - PSDB; Ubiratan Aguiar - PMDB; Vicente Fialho - Bloco.

Piauí

B. Sa - PDS; Caldas Rodrigues - Bloco; Ciro Nogueira - Bloco; Felipe Mendes - PDS; Jesus Tajra - Bloco; João Henrique - PMDB; José Luiz Maia - PDS; Murilo Rezende - PMDB; Paes Landim - Bloco; Paulo Silva - PSDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves - PMDB; Fernando Freire - Bloco; Henrique Eduardo Alves - PMDB; João Faustino - PSDB; Laíre Rosado - PMDB.

Paraná

Adauto Pereira - Bloco; Edivaldo Motta - PMDB; Efraim Moraes - Bloco; Evaldo Gonçalves - Bloco; Francisco Evangelista - PDT; Ivan Burity - Bloco; Ivandro Cunha Lima - PMDB; José Luiz Clerot - PMDB; José Maranhão - PMDB; Rivaldo Medeiros - Bloco; Vital do Rego - PDT.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro - PSB; Fernando Bezerra Coelho - PMDB; Gilson Machado - Bloco; Gustavo Krause - Bloco; Inocêncio Oliveira - Bloco; José Carlos Vasconcellos - Bloco; José Mendonça Bezerra - Bloco; José Moura - Bloco; José Múcio Monteiro - Bloco; Luiz Piauhylino - PSB; Maurílio Ferreira Lima - PMDB; Mavíael Cavalcanti - Bloco; Miguel Arraes - PSB; Osvaldo Coelho - Bloco; Pedro Correa - Bloco; Renildo Calheiros - PC do B; Roberto França - PSB; Roberto Freire - PCB; Roberto Magalhães - Bloco; Salatiel Carvalho - Bloco; Sérgio Guerra - PSB; Tony Gel - Bloco.

Alagoas

Augusto Farias - Bloco; Cleto Falcão - Bloco; José Thomaz Nonô - PMDB; Mendonça Neto - PDT; Olavo Calheiros - S/P; Roberto Torres - PTB.

Sergipe

Benedito de Figueiredo - Bloco; Cleonânicio Fonseca - Bloco; Djenal Gonçalves - PDS; Everaldo de Oliveira - Bloco; Jerônimo Reis - Bloco; José Teles - PDS; Messias Góis - Bloco; Pedro Valadares - Bloco.

Bahia

Alcides Modesto - PT; Ângelo Magalhães - Bloco; Benito Gama - Bloco; Beraldo B.ventura - PDT; Clóvis Assis - PDT; Eraldo Tinoco - Bloco; Félix Mendonça - Bloco; Geddel Vieira Lima - PMDB; Haroldo Lima - PC do B; Jabes Ribeiro - PSDB; Jairo Azi - PDC; Jairo Carneiro - Bloco; Ja-

ques Wagner - PT; João Almeida - PMDB; José Carlos Aleluia - Bloco; José Falcão - Bloco; Jutahy Júnior - PSDB; Leur Lomanto - Bloco; Luis Eduardo - Bloco; Luiz Moreira - PTB; Luis Viana Neto - PMDB; Manoel Castro - Bloco; Marcos Medrado - Bloco; Nestor Duarte - PMDB; Pedro Irujo - Bloco; Ribeiro Tavares - PL; Sebastião Ferreira - PMDB; Sérgio Brito - PDC; Sergio Gaudenzi - PDT; Uldurico Pinto - PSDB; Waldir Pires - PDT.

Minas Gerais

Armando Costa - PMDB; Avelino Costa - PL; Camilo Machado - Bloco; Célso de Castro - PSB; Christóvan Chiaradia - Bloco; Edmar Moreira - Bloco; Elias Murad - PSDB; Felipe Neri - PMDB; Fernando Diniz - PMDB; Getúlio Neiva - Bloco; Humberto Souto - Bloco; Ibrahim Abi-Ackel - PDS; Irani Barbosa - Bloco; Israel Pinheiro - PRS; João Paulo - PT; José Belato - PMDB; José Geraldo - PMDB; José Santana de Vasconcelos - Bloco; José Ulisses de Oliveira - PRS; Lael Varella - Bloco; Leopoldo Bessone - PMDB; Luiz Tadeu Leite - PMDB; Marcos Lima - PMDB; Mário de Oliveira - Bloco; Neif Jabur - PMDB; Nilmaríio Miranda - PT; Odelmo Leão - Bloco; Osmânio Pereira - PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos - PSDB; Paulo Delgado - PT; Paulo Heslander - PTB; Pedro Tassis - PMDB; Romel Anísio - Bloco; Ronaldo Perim - PMDB; Sandra Starling - PT; Saulo Coelho - PSDB; Sérgio Naya - PMDB; Tildeu Santiago - PT; Vittorio Mediolí - PSDB; Wagner do Nascimento - PTB; Wilson Cunha - PTB; Zaire Rezende - PMDB.

Espírito Santo

Aloizio Santos - PMDB; Etevalda Grasi de Menezes - PMDB; Jones Santos Neves - PL; Jório de Barros - PMDB; Nilton Baiano - PMDB; Paulo Hartung - PSDB; Rita Camata - PMDB; Roberto Valadão - PMDB; Rose de Freitas - PSDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral - PTB; Álvaro Valle - PL; Amaral Netto - PDS; Arolde de Oliveira - Bloco; Artur da Távola - PSDB; Benedita da Silva - PT; Carlos Alberto Campista - PDT; Carlos Lupi - PDT; Carlos Santana - PT; Cidinha Campos - PDT; Fábio Raunheiti - PT; Flávio Palmier da Veiga - Bloco; Francisco Dornelles - Bloco; Francisco Silva - PDC; Jair Bolsonaro - PDC; Jamil Haddad - PSB; Jandira Feghali - PC do B; João Mendes - PTB; José Carlos Coutinho - PDT; José Egydio - Bloco; Junot Abi-Ramia - PDT; Laerte Bastos - PDT; Luiz Salomão - PDT; Márcia Cibílis Viana - PDT; Marino Cliger - PDT; Miro Teixeira - PDT; Nelson Bornier - PL; Paulo Almeida - PTB; Paulo Portugal - PDT; Regina Gordilho - PDT; Roberto Campos - PDS; Roberto Jefferson - PTB; Rubem Medina - Bloco; Sandra Cavalcanti - Bloco; Sérgio Arouca - PSB;

Sérgio Cury - PDT; Sidney de Miguel - PDT; Simão Sessim - Bloco; Vladimir Palmeira - PT.

São Paulo

Alberto Goldman - PMDB; Alberto Haddad - PTB; Aldo Rebelo - PC do B; Aloizio Mercadante - PT; André Benassi - PSDB; Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB; Arnaldo Faria de Sá - Bloco; Ary Kara José - PMDB; Beto Mansur - PDT; Cardoso Alves - PTB; Delfim Netto - PDS; Diogo Nomura - PL; Edevaldo Alves da Silva - PDS; Eduardo Jorge - PT; Ernesto Gradella - PT; Euclides Mello - Bloco; Fabio Meirelles - PDS; Fausto Rocha - Bloco; Florestan Fernandes - PT; Gastone Righi - PTB; Heitor Franco - PDS; Hélio Bicudo - PT; Helio Rosas - PMDB; Irma Passoni - PT; Jorge Tadeu Mudalen - PMDB; José Cicote - PT; José Dirceu - PT; José Genofino - PT; José Maria Eymael - PDC; José Serra - PSDB; Koyu Iha - PSDB; Luiz Carlos Santos - PMDB; Luiz Gushiken - PT; Magalhães Teixeira - PSDB; Maluly Neto - Bloco; Manoel Moreira - PMDB; Marcelino Romano Machado - PDS; Maurici Mariano - Bloco; Mendes Botelho - PTB; Oswaldo Stecca - PSDB; Pedro Pavão - PDS; Ricardo Izar - PL; Roberto Rollemberg - PMDB; Solon Borges dos Reis - PTB; Tadashi Kuriki - PTB; Tidei de Lima - PMDB; Tuga Angerami - PSDB; Vadão Gomes - Bloco; Valdemar Costa - PL; Walter Nory - PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas - PTB; João Teixeira - Bloco; Jonas Pinheiro - Bloco; José Augusto Curvo - PL; Oscar Travassos - PDS; Rodrigues Palma - PTB; Wellington Fagundes - PL; Wilmar Peres - Bloco.

Distrito Federal

Augusto Carvalho - PCB; Benedito Domingos - PTR; Chico Vigilante - PT; Eurides Brito - PTR; Maria Laura - PT; Sigma-riaga Seixas - PSDB.

Goiás

Antônio de Jesus - PMDB; Antonio Fa- leiros - PMDB; Délio Braz - PMDB; João Natal - PMDB; Lázaro Barbosa - PMDB; Luiz Soyer - PMDB; Maria Valadão - PDS; Mauro Borges - PDC; Osório Santa Cruz - PDC; Paulo Mandarin - PDC; Pedro Abrão - PMDB; Roberto Balestra - PDC; Ronald do Caiado - PSD; Virmondes Cruvinel - PMDB; Zé Gomes da Rocha - Bloco.

Mato Grosso do Sul

Elisio Curvo - Bloco; George Takimoto - Bloco; Marilu Guimarães - PTB; Nelson Trad - PTB; Valter Ferreira - PMDB; Wal- dir Guerra - Bloco.

Paraná

Antônio Barbara - Bloco; Antônio Ue- no - Bloco; Basílio Villani - Bloco; Carlos Roberto Massa - Bloco; Carlos Scarpelini - PMDB; Delcino Tavares - PMDB; Edesio

Passos – PT; Edi Siliprandi – PDT; Elio Dalla-Vecchia – PDT; Flavio Arns – PSDB; Iválio Guerra – Bloco; José Felinto – PMDB; Luiz Carlos Hauly – PMDB; Matheus Iensen – PTB; Max Rosenmann – Bloco; Munhoz da Rocha – PSDB; Onaíreves Moura – PTB; Otto Cunha – Bloco; Pedro Tonelli – PT; Pinga Fogo de Oliveira – Bloco; Reinhold Stephanes – Bloco; Renato Jonhsson – Bloco; Romero Filho – PMDB; Rubens Bueno – PSDB; Said Ferreira – PMDB; Werner Wanderer – Bloco; Wilson Moreira – PSDB.

Santa Catarina

Cesar Souza – Bloco; Dejandir Dalpasquale – PMDB; Dêrcio Knop – PDT; Hugo Biehl – PDS; Jarvis Gaidzinski – PL; Luci Choinacki – PT; Luiz Henrique – PMDB; Nelson Morro – Bloco; Neuto de Conto – PMDB; Orlando Pacheco – Bloco; Paulo Duarte – Bloco.

Rio Grande do Sul

Adão Preto – PT; Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PDS; Amaury Müller – PDT; Carlos Azambuja – PDS; Carlos Cardinal – PDT; Carrion Júnior – PDT; Celso Bernardi – PDS; Fernando Carrion – PDS; Fetter Junior – PDS; Germano Rigotto – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PDS; José Fortunati – PT; Luis Roberto Ponte – PMDB; Nelson Proença – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Paulo Paim – PT; Raul Pont – ; Telmo Kirst – PDS; Valdomiro Lima – PDT; Victor Faccioni – PDS; Wilson Müller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – As listas de presença acusam o comparecimento de 73 Srs. Senadores e 418 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, na semana passada fiz um pronunciamento no plenário da Câmara dos Deputados a respeito da anômala situação do secretariado parlamentar. Quero voltar ao assunto rapidamente, porque são muitas as congratulações que tenho recebido por aquele discurso. Acho importante ventilar também no plenário do Congresso Nacional a minha solicitação à Mesa da Câmara para esclarecimentos sobre a situação dos nossos auxiliares diretos de gabinete.

Naquele pronunciamento, entre outras coisas, perguntei: os nossos auxiliares de gabinete podem contar tempo de serviço para aposentadoria? Têm número de matrícula no PIS – PASEP? São amparados pelo INSS? Fazem jus a férias, abono constitucional, abono pecuniário, licença paterna-maternal, licença para tratamento de saúde?

Diga-se de passagem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, que hoje tive informação de que mesmo o atendimento pelo serviço médico do Congresso Nacional foi suspenso para os nossos auxiliares de gabinete.

São eles por acaso párias dos funcionários públicos e dos trabalhadores em geral? Acredito que falo em nome da maioria dos nossos – se não de todos – colegas parlamentares.

Afinal, Sr. Presidente, pergunto ainda: são eles também cidadãos? Estão garantidos por uma Constituição que proíbe qualquer tratamento discriminatório? Se estas questões não puderem ser respondidas com o mínimo de presteza e transparência, serei levado a crer que dentre os Srs. Constituintes que elaboraram um dos mais avançados textos na área trabalhista, operou ocultamente algum herdeiro de Kafka para produzir um capítulo especial que só a administração da Câmara dos Deputados conhece.

Lanço então um apelo à Mesa da Câmara dos Deputados para que a situação do secretariado parlamentar seja revista, principalmente no que diz respeito à juridicidade e constitucionalidade.

Registro, também, nos Anais do Congresso Nacional, que, por iniciativa do antigo órgão Correios e Telégrafos – agora, se não me engano, chama-se Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – haverá o lançamento de selos em prol da campanha contra o tabagismo, o alcoolismo e as drogas, em comemoração ao Dia Mundial de Saúde, no dia 7 de abril de 1991, terça-feira, às 14h, em uma cerimônia no Auditório Emílio Ribas, no Ministério da Saúde. Aliás, esse será lançado simultaneamente em todos os estados brasileiros. Eu, que critiquei a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos por ter lançado um selo comemorativo em homenagem ao cantor Cazuza, por motivos óbvios citados no meu pronunciamento, quero elogiar agora a iniciativa daquela empresa, lançando esse selo de alerta ao tabagismo, ao alcoolismo e às drogas em geral.

Também em Minas Gerais presidiremos uma cerimônia na qual a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com a presença das mais altas autoridades do estado, particularmente da área sanitária, também comemorará o "Dia Mundial de Saúde".

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

ANEXO AO DISCURSO DO DEPUTADO ELIAS MURAD:

Carta-Convite nº 1/91

Exm^o Sr.

Deputado Elias Murad

Senhor(a),

Tenho a honra de convidá-lo(a) a participar da Solenidade de Lançamento dos Selos contra o Tabagismo, Alcoolismo e Drogas, em comemoração ao Dia Mundial da Saúde, dia 7 de abril de 1991.

A cerimônia será realizada no Auditório Emílio Ribas, Ed. Sede deste ministério, às

14 horas, do dia 9 de abril de 1991. – Dr. **Marcus Vinícios Tavares da Cunha Mello**, Diretor da Divisão Nacional de Doenças Crônicas-Degenerativas/DNPS/SNAS/MS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Lourival Freitas.

O SR. LOURIVAL FREITAS (PT – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, nossa preocupação – e acho que deve ser de todo o Congresso Nacional – é aquela que tomou conta da sociedade brasileira após a famigerada campanha contra os marajás que serviu para tudo: para eleger o Presidente, para jogar a opinião pública contra os servidores federais e menos para moralizar a administração pública federal.

A imprensa noticiou com bastante ênfase que o Presidente Collor reiniciou a temporada de caça aos marajás. Perguntamos: afinal, quantos marajás o Sr. Presidente e a Rede Globo, principalmente, conseguiram colocar na cadeia? O Presidente Fernando Collor está devendo explicações à sociedade brasileira sobre os resultados da sua primeira caçada.

O estranho, Sr. Presidente, é o fato de que após um ano de administração "colorida" somente agora percebe-se que a Previdência paga fábulas de benefícios. Os fatos mostram a total desqualificação de um Ministro e de toda a administração da Previdência, pois qualquer administrador, mesmo que seja da mais simples taberna da esquina, tem como preocupação mínima saber dos indicadores que apontam a direção do seu negócio – por exemplo, quem compra mais e quem vende mais. No caso da Previdência, o Ministro, no mínimo, já que vem de um Governo que mostrou preocupação em combater e em moralizar a administração pública, poderia perguntar, quem são os maiores devedores e os maiores beneficiários da Previdência. Um relatório simples poderia ser feito por qualquer administrador, o mais humilde deles.

Desconfiamos que esta campanha visa simplesmente, mais uma vez, a jogar a opinião pública contra os servidores públicos federais. Na semana que vem este Congresso estará apreciando os vetos ao Regime Jurídico Único e, mais uma vez, esta campanha reforça a opinião pública no sentido de que o servidor público é um malffeito, afirmação com a qual não concordamos.

Por isso, conclamo este Congresso e a sociedade brasileira a desmascararem esta farsa que visa acima de tudo a privatização, em última análise, do serviço da Previdência Social do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, venho a esta tribuna neste instante para cumprimentar o novo diretor da Telebrás, Senador José Ignácio,

que, sabendo que seria aproveitado no Governo, há algum tempo afirmou que seria nomeado, mas sem nenhum franciscanismo. S. Ex^a está coberto de razão. Privei com o Senador José Ignácio durante oito anos, S. Ex^a no Senado, eu na Câmara dos Deputados, ambos em sessões como está do Congresso Nacional. Ouvia embevecido todos os discursos que S. Ex^a proferia, pois tinham uma diretriz, uma preocupação, um sentimento, uma orientação. Não me lembro, Sr. Presidente, de discurso algum do Senador José Ignácio que não tenha sido sobre comunicações, telefonia, terminais telefônicos, PABX, PBX, orelhões e outros aparelhos nessa linha. S. Ex^a invariavelmente tratava desse assunto com grande competência técnica e profundo conhecimento da matéria. Comovia seus colegas pela profundidade dos seus estudos sobre a questão. Raríssimas vezes falava sobre administração de empresas, mas mostrava que dominava amplamente também esse assunto, sobre o qual tinha grande experiência, que seria um homem capaz de dirigir uma grande empresa com competência, probidade, proficiência e dedicação. Agora, sem nenhum franciscanismo, S. Ex^a é de fato nomeado para a Presidência da Telebrás. "The right man in the right place". É este o novo critério do novo Governo, porque o Brasil Novo merece de nós os mais efusivos aplausos, merece que entreguemos a coisa pública em mãos adequadas para geri-la. Não pensem V. Ex^{as} que o ex-Senador foi nomeado porque foi Líder do governo no Senado Federal; não pensem que foi nomeado pelos serviços prestados e pela grande dedicação ao Presidente da República e ao seu Governo. O ex-Senador José Ignácio foi nomeado devido à sua competência técnica e aos seus conhecimentos de administrador de empresa. S. Ex^a terá um grande êxito. O Brasil se vê reconfortado pelo novo critério de nomeação deste Governo.

O Sr. José Genoíno – Não é a política do "dando que se recebe".

O SR. CARDOSO ALVES – Nobre Deputado, ainda hoje ia falar sobre o assunto. Não falei porque o jornalista Túlio Costa já o havia mencionado na *Folha de S. Paulo*.

O ex-Senador José Ignácio não foi nomeado segundo a política de "é dando que se recebe", como lembra o nobre Líder do PT, e, sim, pela sua competência; não foi nomeado tampouco pela política do "é liderando que se recebe". S. Ex^a foi nomeado porque se formou em técnico em telefonia, em PBX, em PABX, orelhões etc., e se mostrou um grande administrador de empresa. **Ridendo castigat mores.** (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Carlos Mendes Thame.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Encerrado o período de breves comunicações.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 447, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, Inversão da Pauta da Ordem do Dia da sessão conjunta de hoje, a fim de que o item 25 seja apreciado em primeiro lugar e o item 2 em último.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1991. – **Genebaldo Corrêa – Vivaldo Barbosa – Paulo Hartung.**

REQUERIMENTO Nº 448, DE 1991-CN

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeira que o item 2, Projeto de Lei de Conversão nº 21/90, que "dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal", seja colocado como último item da pauta de hoje dos vetos.

Sala das Sessões, 3 de abril de 1991. – Deputado **José Genoíno**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Em votação o primeiro requerimento lido, firmado pelos Deputados Genebaldo Correia, Vivaldo Barbosa e Paulo Hartung, solicitando, nos termos regimentais, a Inversão da pauta da Ordem do Dia, a fim de que o item 25 seja apreciado em primeiro lugar e o item 2 em último.

Votação na Câmara dos Deputados,

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado, Aprovado na Câmara, a matéria vai ao Senado.

Votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em razão da aprovação do primeiro requerimento, fica prejudicado o segundo, firmado pelo nobre Líder José Genoíno.

Passa-se à votação do item 25.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Item 25:

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1990 (nº 3.110/89, na origem), que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. (Mens. nº 177/90-CN.)

Partes vetadas:

- art. 11;
- § 3º do art. 26;

- incisos II e III do art. 27;
- art. 29;
- inciso I e §§ 4º e 6º do art. 32;
- §§ 2º e 3º do art. 33;
- §§ 3º, 4º e 5º do art. 35;
- art. 39;
- §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 7º do art. 39;
- art. 40;
- art. 42;
- art. 44;
- art. 48;
- art. 49;
- art. 51; e
- art. 53.

Prazo: 10-11-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

Há, sobre a mesa, requerimentos de destaque que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

O Sr. José Genoíno – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item 25, que V. Ex^a lerá, diz respeito aos vetos ao Projeto de Lei da Saúde. Em reunião das Lideranças com o Sr. Ministro Alcenio Guerra, foi aprovada uma nova lei da saúde. Existe um compromisso de todos os partidos de que esse veto seria mantido. Diante desse procedimento na legislação passada, pergunto se há necessidade de que os partidos apresentem destaques. Poderíamos abrir mão da apreciação dos destaques e, em seguida, votar o veto globalmente, uma vez que esse acordo viabilizou a nova lei da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência informa ao nobre Deputado José Genoíno que todos os destaques estão firmados pelo nobre Líder Gumercino Milhomem, do PT.

O Sr. José Genoíno – Retiro os destaques, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Com a manifestação do Líder José Genoíno, estão retirados os destaques.

Passa-se, portanto, à votação em globo do item 25 da pauta.

Votação, em turno único do voto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, que dispõe sobre a proteção e a recuperação da saúde, organização e financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

A Presidência pede aos Srs. Deputados que tomem assento nas respectivas bancadas, porque procederemos à votação do veto pelo sistema eletrônico.

O Sr. Elias Murad – Sr. Presidente, peço a palavra-pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saber se as campanhas foram acionadas porque acredito que há ainda muitos Congressistas em seus gabinetes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Esta Presidência esclarece ao nobre Deputado Elias Murad que a Secretaria Geral da Mesa já diligenciou o acionamento das campanhas para que os congressistas que se encontram em seus gabinetes ou nas adjacências do plenário se encaminhem imediatamente para as suas respectivas bancadas, a fim de que se proceda a votação.

Esta Presidência se regozija com V. Ex^a pela sua preocupação, que mostra, mais uma vez, o seu inextinguível espírito público.

O Sr. José Genoíno – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem V. Ex^a a palavra para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho a votação a favor deste veto em função do acordo feito por todas as Lideranças e com o Ministro da Saúde da legislatura passada, que viabilizou uma nova lei de organização da saúde. Como foi feita a nova lei – o Congresso Nacional aprovou e ela não foi vetada – não tem sentido votar contra os vetos. Tem sentido votar, sim, pela manutenção dos vetos, porque já existe uma lei votada pelo Congresso Nacional.

Encaminho o voto "sim", destacando a importância de votarmos esses vetos e os demais da pauta, para que na próxima semana possamos apreciar o veto ao Regime Jurídico Único.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT - RJ. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, a bancada do PDT tem votado aqui, neste Congresso Nacional, como não podia deixar de ser, contra os vetos do Sr. Presidente da República, que excluíram conquistas mínimas para diversos setores da sociedade brasileira, para os trabalhadores, para o povo brasileiro em geral. Aquelas conquistas mínimas que, a duras batalhas, aqui conseguimos colocar nos projetos de lei do Governo foram vetadas pelo Executivo. Sistemáticamente temos sustentado nossa posição de derrubar esses vetos. Ministro da Saúde Alcení Guerra esteve com todas as bancadas desta Casa e fizemos um acordo global acerca do projeto que corresponde a este veto. De maneira que nosso voto, especialmente somente neste veto, é "sim".

O SR. JUTAHY JÚNIOR (PSDB - BA. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, a bancada do PSDB recomenda o voto "sim".

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo recomenda o voto "sim".

O SR. GILSON MACHADO (Bloco - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Bloco Parlamentar recomenda voto "sim".

O SR. JOÃO ALMEIDA (PMDB - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PMDB recomenda à sua bancada o voto "sim".

O SR. PAULO MANDARINO (PDC - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada do PDC recomenda o voto "sim".

O SR. GASTONE RIGHI (PTB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PTB recomenda aos membros da bancada que votem "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Como as lideranças já orientaram suas respectivas bancadas, vamos proceder à votação.

(Procede-se à votação.)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida;
Francisco Rodrigues;
Tereza Jucá.

Amapá

Eraldo Trindade;
Lourival Freitas;
Valdenor Guedes.

Pará

Alacid Nunes;
Carlos Kayath;
Domingos Juvenil;
Eliel Rodrigues;
Gerson Peres;
Giovanni Queiroz;
Hilário Coimbra;
José Diogo;
Mário Martins;
Paulo Rocha;
Paulo Titan;
Valdir Ganzer.

Amazonas

Ricardo Moraes.

Rondônia

Jabes Rabelo;
Maurício Calixto;
Pascoal Novaes;
Reditário Cossol.

Acre

Célia Mendes;
Francisco Diógenes;
João Maia;
Ronivon Santiago;
Zila Bezerra.

Tocantins

Edmundo Galdino;
Freire Júnior;

Leomar Quintanilha;
Oswaldo Reis;
Paulo Mourão.

Maranhão

Cesar Bandeira;
Cid Carvalho;
Costa Ferreira;
Haroldo Sabóia;
Jayme Santana;
José Burnett;
José Carlos Sabóia;
José Reinaldo;
Nan Souza;
Paulo Marinho;
Ricardo Murad;
Roseana Sarney;
Sarney Filho.

Ceará

Aécio de Borba;
Jackson Pereira;
José Linhares;
Luiz Girão;
Luiz Ponte;
Marco Penaforte;
Maria Luiza Fontenele;
Mauro Sampaio;
Ubiratan Aguiar;
Vicente Fialho.

Piauí

João Henrique;
José Luiz Maia;
Murilo Rezende;
Paulo Silva.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves;
Fernando Freire;
João Faustino;
Lafre Rosado.

Paraná

Evaldo Gonçalves;
Francisco Evangelista;
Ivandro Cunha Lima;
José Luiz Clerot;
José Maranhão;
Rivaldo Medeiros.
Vital do Rego.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro;
Gilson Machado;
Inocêncio Oliveira;
José Múcio Monteiro;
Luiz Piauhilino;
Miguel Arraes;
Renildo Calheiros;
Sérgio Guerra;
Tony Gel.

Alagoas

José Thomaz Nonô;
Olavo Calheiros.

Sergipe

Cleonáncio Fonseca;
Everaldo de Oliveira.

Bahia

Alcides Modesto;
Beraldo Boaventura;
Clóvis Assis;
Jabes Ribeiro;
Jairo Carneiro;
João Almeida;
Jorge Khoury;
José Carlos Aleluia;
José Falcão;
Jutahy Júnior;
Luís Eduardo;
Luiz Moreira;
Manoel Castro;
Marcos Medrado;
Pedro Irujo;
Ribeiro Tavares;
Sebastião Ferreira;
Sérgio Gaudenzi;
Waldir Pires.

Minas Gerais

Armando Costa;
Avelino Costa;
Célio de Castro;
Elias Murad;
Genésio Bernardino;
Ibrahim Abi-Ackel;
Irani Barbosa;
José Geraldo;
José Ulisses de Oliveira;
Lael Varella;
Leopoldo Bessone;
Luiz Tadeu Leite;
Marcos Lima;
Maurício Campos;
Neif Jabur;
Odélmo Leão;
Osmânio Pereira;
Paulino Cícero de Vasconcelos;
Paulo Delgado;
Pedro Tassis;
Rommel Anísio;
Sandra Starling;
Tilden Santiago;
Vittorio Mediolli;
Wilson Cunha;
Zaire Rezende.

Espírito Santo

Aloizio Santos;
Etevalda Grassi de Menezes;
Jones Santos Neves;
Jório de Barros;
Nilton Baiano;
Paulo Hartung;
Rita Camata;
Roberto Valadão.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral;
Álvaro Valle;
Artur da Távola;
Benedita da Silva;
Carlos Alberto Campista;
Carlos Lupi;
Carlos Santana;
Cidinha Campos;
Fábio Raunheitti;

Francisco Dornelles;
Francisco Silva;
Jair Bolsonaro;
Jamil Haddad;
José Egydio;
Junot Abi-Ramia;
Laerte Bastos;
Laprovita Vieira;
Luiz Salomão;
Márcia Cibilis Viana;
Marino Clinger;
Miro Teixeira;
Nelson Bornier;
Paulo de Almeida;
Paulo Portugal;
Rubem Medina;
Sérgio Arouca;
Sérgio Cury;
Sidney de Miguel;
Simão Sessim;
Vivaldo Barbosa;
Vladimir Palmeira.

São Paulo

Alberto Goldman;
Alberto Haddad;
Aldo Rebelo;
Aloizio Mercadante;
André Benassi;
Antônio Carlos Mendes Thame;
Ary Kara José;
Cardoso Alves;
Delfim Netto;
Eduardo Jorge;
Ernesto Gradella;
Fábio Feldmann;
Fabio Meirelles;
Fausto Rocha;
Florestan Fernandes;
Gastone Righi;
Geraldo Alckmin Filho;
Heitor Franco;
Hélio Bicudo;
Helio Rosas;
Irma Passoni;
Jorge Tadeu Mudalen;
José Cicote;
José Dirceu;
José Genofino;
José Serra;
Liberato Cabloco;
Luiz Carlos Santos;
Luiz Gushiken;
Magalhães Teixeira;
Manoel Moreira;
Marcelino Romano Machado;
Maurici Mariano;
Oswaldo Stecca;
Pedro Pavão;
Ricardo Izar;
Robson Tuma;
Sólon Borges dos Reis;
Tidei de Lima;
Tuga Angerami;
Vadão Gomes;
Valdemar Costa.

Mato Grosso

Augustinho Freitas;
Jonas Pinheiro;

José Augusto Curvo;
Oscar Travassos;
Rodrigues Palma.

Distrito Federal

Augusto Carvalho;
Benedito Domingos;
Chico Vigilante;
Eurides Brito;
Maria Laura;
Sigmaringa Seixas.

Goiás

Antônio de Jesus;
João Natal;
Luiz Soyer;
Mauro Miranda;
Osório Santa Cruz;
Paulo Mandarino;
Pedro Abrão;
Roberto Balestra;
Ronaldo Caiado;
Virmond dos Cruvinel.

Mato Grosso do Sul

Flávio Derzi;
George Takimoto;
Waldir Guerra.

Paraná

Carlos Scarpelini;
Delcino Tavares;
Edesio Passos;
Edi Siliprandi;
Élio Dalla-Vecchia;
Flávio Arná;
Ivanio Guerra;
Joni Varisco;
José Felinto;
Luiz Carlos Hauly;
Matheus Iensen;
Max Rosenman;
Munhoz da Rocha;
Pedro Tonelli;
Romero Filho;
Rubens Bueno;
Said Ferreira;
Werner Wanderer;
Wilson Moreira.

Santa Catarina

Décio Knop;
Hugo Biehl;
Jarvis Gaidzinski;
Luci Choinacki;
Luiz Henrique;
Neuto de Conto;
Orlando Pacheco.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto;
Adylson Motta;
Amaury Müller;
Arno Magarinos;
Carlos Cardinal;
Carrión Júnior;
Fernando Carrión;
Fetter Júnior;
Ibsen Pinheiro;

Ivo Mainardi;
Odacir Klein;
Osvaldo Bender;
Paulo Paim;
Raul Pont;
Telmo Kirst;
Valdomiro Lima;
Victor Faccioni;
Wilson Müller.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Srs. Deputados, será encerrada a votação nos postos avulsos.

Encerrada a votação.

A Mesa vai anunciar o resultado da votação: 267 votos "sim"; 8 votos "não"; abstenção, 3.

O veto foi mantido na Câmara dos Deputados. Deixa, portanto, de ser apreciado pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Item 1:

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios e dá outras providências. (Mens. nº 70/90/CN.)

Partes vetadas:

- Parágrafo único do art. 10;
- inciso VI do art. 14;
- inciso VI do art. 14;
- inciso VII do art. 14;
- parágrafo único do art. 14;
- alínea f do inciso VIII do art. 19;
- parágrafo único do art. 23;
- § 8º do art. 40;
- art. 49;
- § 1º do art. 49;
- § 2º do art. 49;
- art. 50;
- art. 51;
- § 1º do art. 51;
- § 2º do art. 51;
- art. 52;
- art. 53 e incisos;
- art. 54;
- art. 55; e
- art. 56.

Prazo: 23-6-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

Atenção, Srs. Deputados, tomem assento nas bancadas. As lideranças desejam orientar suas bancadas ou já estão suficientemente orientadas para esse veto que há alguns dias integra a Ordem do Dia?

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT recomenda à sua Bancada o voto contra o veto.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para tentar segurar uma conquista mínima que o Governo retirou com o veto, vamos derrubá-lo votando "não".

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente trata-se de matéria já ultrapassada, sem qualquer significado para o País, por isso a Liderança do Governo solicita aos Srs. Deputados que votem "sim".

O SR. ALDO REBELO (PC do B – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PC do B vota contra o veto.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda à sua Bancada o voto "não".

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDC votará "sim"; pela manutenção.

O SR. GILSON MACHADO (Bloco – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL e o Bloco votam "sim".

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PDS recomenda à sua Bancada o voto "sim".

O SR. JUTAHY JÚNIOR (PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELLE (PSB – CE. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PSB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – As bancadas já se definiram no que diz respeito à votação. A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento nas bancadas, a fim de que não haja filas quilométricas diante dos postos avulsos. É um apelo da Mesa aos Srs. Parlamentares, no sentido de que tomem assento em suas respectivas bancadas.

Atenção, vai se iniciar o processo de votação do Item 1 da pauta.

O Sr. Gastone Righi – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PTB orienta sua bancada no sentido de que vote "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Os Srs. Parlamentares que se encontram nas bancadas – não tem sentido algum V. Exªs ficarem nos corredores – queiram selecionar seus votos.

Srs. Parlamentares, queiram acionar simultaneamente o botão preto do painel e a chave sob a bancada até que as luzes do posto se apaguem.

(Procede-se à votação.)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida;
Francisco Rodrigues.

Amapá

Eraldo Trindade;
Lourival Freitas;
Valdenor Guedes.

Pará

Alacid Nunes;
Carlos Kayath;
Gerson Peres;
Giovanni Queiroz;
Hilário Coimbra;
José Diogo;
Paulo Rocha;
Valdir Ganzer.

Amazonas

Eduardo Braga;
Ricardo Moraes.

Rondônia

Jabes Rabelo;
Maurício Calixto;
Pascoal Novaes;
Reditário Cassol.

Acre

Francisco Diógenes;
João Maia;
Ronivon Santiago;
Zila Bezerra.

Tocantins

Edmundo Galdino;
Eduardo Siqueira Campos;
Leomar Quintanilha;
Paulo Mourão.

Maranhão

Cesar Bandeira;
Cid Carvalho;
Costa Ferreira;
Haroldo Sabóia;
Jayme Santana;
José Burnett;
José Carlos Sabóia;
José Reinaldo;
Ricardo Murad;
Roseana Sarney;
Sarney Filho.

Ceará

Aécio de Borba;
Jackson Pereira;
José Linhares;
Luiz Girão;
Luiz Pontes;
Marco Penaforte;
Maria Luiza Fontenele;
Mauro Sampaio;
Ubiratan Aguiar;
Vicente Fialho.

Piauí

João Henrique;
José Luiz Maia;
Murilo Rezende;
Paulo Silva.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves;
Fernando Freire;
Henrique Eduardo Alves;
João Faustino;
Laíre Rosado.

Paraná

Evaldo Gonçalves;
Francisco Evangelista;
Ivandro Cunha Lima;
José Luiz Clerot;
José Maranhão;
Rivaldo Medeiros.
Vital do Rêgo.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro;
Gilson Machado;
Inocêncio Oliveira;
José Múcio Monteiro;
Luiz Piauhyllino;
Miguel Arraes;
Renildo Calheiros;
Sérgio Guerra;
Tony Gel.

Alagoas

José Thomaz Nôno;
Olavo Calheiros.

Sergipe

Cleonânio Fonseca;
Everaldo de Oliveira.

Bahia

Alcides Modesto;
Beraldo Boaventura;
Clóvis Assis;
Eraldo Tinoco;
Jabes Ribeiro;
Jairo Carneiro;
João Almeida;
Jorge Khoury;
José Carlos Aleluia;
José Falcão;
Jutahy Júnior;
Luís Eduardo;
Luiz Moreira;
Manoel Castro;
Marcos Medrado;
Pedro Irujo;
Ribeiro Tavares;
Sebastião Ferreira;
Sérgio Gaudenzi.

Minas Gerais

Armário Costa;
Avelino Costa;
Célio de Castro;
Elias Murad;
Genésio Bernardino;

Humberto Souto;
Ibrahim Abi-Ackel;
Irani Barbosa;
João Paulo;
José Geraldo;
José Ulisses de Oliveira;
Lael Varella;
Leopoldo Bessone;
Luiz Tadeu Leite;
Marcos Lima;
Maurício Campos;
Neif Jabur;
Odélmo Leão;
Osmânio Pereira;
Paulino Cícero de Vasconcelos;
Pedro Tassis;
Romel Anísio;
Sandra Starling;
Sérgio Naya;
Tilden Santiago;
Vittorio Mediolí;
Zaire Rezende.

Espírito Santo

Aloizio Santos;
Etevalda Grassi de Menezes;
João Baptista Motta;
Jones Santos Neves;
Nilton Baiano;
Paulo Hartung;
Rita Camata.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral;
Álvaro Valle;
Artur da Távola;
Benedita da Silva;
Carlos Alberto Campista;
Carlos Lupi;
Carlos Santana;
Fábio Raunheitti;
Francisco Dornelles;
Francisco Silva;
Jair Bolsonaro;
Jamil Haddad;
José Egydio;
Junot Abi-Ramia;
Laerte Bastos;
Márcia Cibilis Viana;
Marino Clinger;
Miro Teixeira;
Nelson Bornier;
Paulo de Almeida;
Paulo Portugal;
Rubem Medina;
Sérgio Cury;
Sidney de Miguel;
Simão Sessim;
Vladimir Palmeira.

São Paulo

Alberto Goldman;
Alberto Haddad;
Aldo Rebelo;
Aloizio Mercadante;
André Benassi;
Antônio Carlos Mendes Thame;
Ary Kara José;
Beto Mansur;

Cardoso Alves;
Eduardo Jorge;
Ernesto Gradella;
Fábio Feldmann;
Fabio Meirelles;
Fausto Rocha;
Gastone Righi;
Geraldo Alckmin Filho;
Heitor Franco;
Hélio Bicudo;
Helio Rosas;
Irma Passoni;
José Cicote;
José Dirceu;
José Genoíno;
Liberato Cabloco;
Luiz Carlos Santos;
Luiz Gushiken;
Magalhães Teixeira;
Manoel Moreira;
Marcelino Romano Machado;
Maurici Mariano;
Oswaldo Stecca;
Pedro Pavão;
Robson Tuma;
Sólon Borges dos Reis;
Tidei de Lima;
Tuga Angerami;
Vadão Gomes.

Mato Grosso

Augustinho Freitas;
Oscar Travassos;
Rodrigues Palma.

Distrito Federal

Augusto Carvalho;
Benedito Domingos;
Chico Vigilante;
Maria Laura;
Sigmaringa Seixas.

Goiás

Antônio de Jesus;
João Natal;
Luiz Soyer;
Mauro Miranda;
Osório Santa Cruz;
Paulo Mandarinio;
Pedro Abrão;
Roberto Balestra;
Ronaldo Caiado;
Virmondes Cruvinel.

Mato Grosso do Sul

Flávio Derzi;
George Takimoto;
Waldir Guerra.

Paraná

Carlos Scarpelini;
Delcino Tavares;
Edesio Passos;
Edi Siliprandi;
Élio Dalla-Vecchia;
Flávio Arns;
Ivanio Guerra;
Joni Varisco;
José Felinto;

Luiz Carlos Hauhy;□
 Matheus Iensen;
 Max Rosenman;
 Munhoz da Rocha;
 Pedro Tonelli;
 Romero Filho;
 Rubens Bueno;
 Said Ferreira;
 Werner Wanderer;
 Wilson Moreira.

Santa Catarina

Décio Knop;
 Hugo Biehl;
 Jarvis Gaidzinski;
 Luci Choinacki;
 Luiz Henrique;
 Neuto de Conto;
 Orlando Pacheco.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto;
 Adylson Motta;
 Amaury Müller;
 Carlos Azambuja;
 Carrion Júnior;
 Fernando Carrion;
 Fetter Júnior;
 Ibsen Pinheiro;
 Ivo Mainardi;
 Odacir Klein;
 Paulo Paim;
 Raul Pont;
 Telmo Kirst;
 Valdomiro Lima;
 Victor Faccioni;
 Wilson Müller.

O Sr. Humberto Souto – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – V. Ex.^a está com a palavra.

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando que estamos em processo de votação, solicito aos Srs. Deputados que compareçam ao plenário a fim de que votemos mais dois vetos importantes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência, secundando o pedido do Deputado Humberto Souto, solicita que os Srs. Deputados se desloquem dos seus gabinetes para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Vai ser encerrada a votação nos postos avulsos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Será encerrado agora o processo de votação nos postos avulsos. Todos os Srs. Deputados já votaram. O último deputado a votar é o Deputado Tomaz Nonô. (Pausa.) Mantido o veto: 101 "sim"; 151 "não" e 4 abstenções. Total 256. A matéria não vai ao Senado.

O SR. PRESIDENTE – (Mauro Benevides) – Item 3:

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação e dá outras providências. (Mens. nº 72/90-CN.)

Partes vetadas:

– § 1º do art. 9º; e
 – inciso III do art. 10.

Prazo: 23-6-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

Como votam os Srs. Líderes? (Pausa.)

O SR. JOÃO ALMEIDA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Bancada do PMDB vota "não".

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista, as mesmas razões expostas no veto anterior, por não terem mais sentido essas matérias por já estarem suplantadas – não há como se inserir no processo político atual – a Liderança do Governo solicita que vote "sim".

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Bancada do PT vota "não".

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para preservar o incentivo necessário à indústria naval, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, a Bancada do PDT vota "não" e conclama a todos que reflitam antes de votar.

O SR. JUTAHY JÚNIOR (PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, principalmente diante do § 1º do art. 9º, votaremos "não". O dispositivo vetado auxilia a construção naval e delega a uma comissão tripartite a fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante. O inciso III do art. 10 favorece aqueles que especularam com a importação antes do plano. Por isso, votaremos "não".

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSB – PE. Sem revisão do orador.) – O PSB orienta a Bancada a votar "não".

O SR. ALDO REBELO (PC do B – SP. Sem revisão do orador.) – O PC do B vota contra o veto.

O SR. GILSON MACHADO (Bloco – PE. Sem revisão do orador.) – O Bloco PFL/PRN vota "sim".

O SR. BENEDITO DOMINGOS (PTR – DF. Sem revisão do orador.) – O PTR vota "sim".

O SR. JONES SANTOS NEVES (PL – ES. Sem revisão do orador.) – O PL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Vamos proceder à votação. A Presidência pede aos Srs. Deputados que, desta

vez, tomem assento nas respectivas bancadas. Desta forma, não protelaremos este processo de votação aos postos avulsos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Como votam os Srs. Líderes?

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PTB orienta a sua bancada a votar "não".

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDC vota "sim".

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PDS recomenda que vote "sim".

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo recomenda agora o voto "sim", devido à ausência de vários deputados, por se tratar de um dispositivo que teve de ser vetado pela sua inconstitucionalidade, pois se chocava com as normas do Tribunal de Contas da União, na forma de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Fica o esclarecimento de V. Ex.^a

(Procede-se à votação.)

VOTAM OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida
 Francisco Rodrigues
 Marcelo Luz
 Ruben Bento
 Tereza Jucá

Amapá

Eraldo Trindade
 Lourival Freitas
 Valdenor Guedes

Pará

Alacid Nunes
 Carlos Kayath
 Gerson Peres
 Giovanni Queiroz
 Hilário Coimbra
 José Diogo
 Paulo Rocha
 Valdir Ganzler

Amazonas

Eduardo Braga
 Ricardo Moraes

Rondônia

Jabes Rabelo
 Maurício Calixto
 Pascoal Novaes
 Reditário Cassol

Acre

Francisco Diógenes
 João Maia

Ronivon Santiago
Zilá Bezerra

Tocantins

Edmundo Galdino
Eduardo Siqueira Campos
Leomar Quintanilha
Osvaldo Reis
Paulo Mourão

Maranhão

César Bandeira
Cid Carvalho
Costa Ferreira
Haroldo Sabóia
Jayme Santana
José Burnett
José Carlos Sabóia
José Reinaldo
Ricardo Murad
Roseana Sarney
Sarney Filho

Ceará

Aécio de Borba
Jackson Pereira
José Linhares
Luiz Girão
Luiz Ponte
Marco Penaforte
Maria Luiza Fontenele
Mauro Sampaio
Ubiratan Aguiar
Vicente Fialho

Piauí

João Henrique
José Luiz Maia
Murilo Rezende
Paulo Silva

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves
Fernando Freire
Henrique Eduardo Alves
João Faustino
Laire Rosado

Paraná

Evaldo Gonçalves
Francisco Evangelista
Ivandro Cunha Lima
José Luiz Clerot
José Maranhão
Rivaldo Medeiros
Vital do Rego

Pernambuco

Álvaro Ribeiro
Gilson Machado
Gustavo Krause
Inocêncio Oliveira
Luiz Piauhyllino
Miguel Arraes
Renildo Calheiros
Sérgio Guerra
Tony Gel

Alagoas

José Thomaz Nonô
Olavo Calheiros

Bahia

Alcides Modesto
Ângelo Magalhães
Beraldo Boaventura
Clóvis Assis
Eraldo Tinoco
Félix Mendonça
Jairo Carneiro
João Almeida
Jorge Khoury
José Carlos Aleluia
Jutahy Júnior
Luís Eduardo
Luiz Moreira
Manoel Castro
Marcos Medrado
Pedro Irujo
Ribeiro Tavares
Sérgio Gaudenzi.

Minas Gerais

Annibal Teixeira
Armando Costa
Avelino Costa
Célio de Castro
Genésio Bernardino
Getúlio Neiva
Humberto Souto
João Paulo
José Geraldo
José Ylisses de Oliveira
Leopoldo Bessone
Luiz Tadeu Leite
Marcos Lima
Maurício Campos
Neif Jabur
Odelmo Leão
Osmânio Pereira
Paulino Cícero de Vasconcelos
Pedro Tassis
Romel Anísio
Ronaldo Perim
Sandra Starling
Sérgio Naya
Tilden Santiago
Vittorio Mediolli
Zaire Rezende

Espírito Santo

Aloizio Santos
Etevalda Grassi de Menezes
João Baptista Motta
Jones Santos Neves
Nilton Baiano
Rita Camata

Rio de Janeiro

Aldir Cabral
Artur da Távola
Benedita da Silva
Carlos Alberto Campista
Carlos Lupi
Carlos Santana
Cidinha Campos
Fábio Raunheitti

Francisco Silva
Jair Bolsonaro
Jamil Haddad
João Mendes
Junot Abi-Ramia
Luiz Salomão
Márcia Cibilis Viana
Marino Clinger
Miro Teixeira
Nelson Bornier
Paulo Almeida
Paulo Portugal
Rubem Medina
Sérgio Cury
Sidney de Miguel
Simão Sessim
Vivaldo Barbosa
Vladimir Palmeira

São Paulo

Alberto Goldman
Alberto Haddad
Aldo Rebelo
Aloizio Mercadante
André Benassi
Antônio Carlos Mendes Thame
Beto Mansur
Ary Kara José
Cardoso Alves
Eduardo Jorge
Ernesto Gradella
Fábio Feldmann
Gastone Righi
Fausto Rocha
Geraldo Alckmin Filho
Heitor Franco
Hélio Bicudo
Hélio Rosas
Irma Passoni
José Cicote
José Dirceu
José Genoíno
Liberato Cabloco
Luiz Carlos Santos
Luiz Gushiken
Magalhães Teixeira
Manoel Moreira
Maurici Mariano
Oswaldo Stecca
Robson Tuma
Sólton Borges dos Reis
Tidei de Lima
Tuga Angerami
Vadão Gomes
Walter Nory

Mato Grosso

Augustinho Freitas
Oscar Travassos
Rodrigues Palma

Distrito Federal

Augusto Carvalho
Benedito Domingos
Chico Vigilante
Maria Laura
Sigmaringa Seixas

Goiás

Antônio de Jesus
João Natal
Luiz Soyer
Mauro Miranda
Osório Santa Cruz
Pedro Mandarino
Pedro Abrão
Roberto Balestra
irmôndes Cruvinel

Mato Grosso do Sul

Flávio Derzi
George Takimoto
Waldir Guerra

Paraná

Carlos Scarpelini
Delcino Tavares
Edésio Passos
Edi Siliprandi
Élio Dalla-Vecchia
Flávio Arns
Ivanio Guerra
Joni Varisco
José Felinto
Luiz Carlos Hauly
Matheus Iensen
Munhoz da Rocha
Pedro Tonelli
Romero Filho
Rubens Bueno
Said Ferreira
Werner Wanderer
Wilson Moreira

Santa Catarina

Décio Knop
Hugo Biehl
Jarvis Gaidzinski
Luci Choinacki
Luiz Henrique
Neuto de Conto
Orlando Pacheco

Rio Grande do Sul

Adão Pretto
Adylson Motta
Amaury Müller
Arno Magarinos
Carlos Azambuja
Carrion Júnior
Fetter Júnior
Ibsen Pinheiro
Ivo Mainardi
Odacir Klein
Paulo Paim
Raul Pont
Valdomiro Lima
Victor Faccioni
Wilson Müller

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência indaga se há algum deputado que não exercitou o seu direito de voto, que o faça agora nos postos avulsos, pois vai ser procedido o encerramento da votação. (Pausa.)

A Mesa vai determinar agora o encerramento da votação. Atenção, Srs. Deputados

deixou de exercer o direito de voto, que o faça agora.

Encerrada, portanto, a votação, nos postos avulsos.

A Mesa vai anunciar o resultado da votação: 87 votos "sim"; 162 votos "não"; abstenção 3; total, 252 votos. O veto foi mantido e deixa, portanto, de ser apreciado pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – **Item 4:**

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 1990, que altera, mediante conversão em lei das Medidas Provisórias nºs 160, de 15 de março de 1990, e 171, de 17 de março de 1990, a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, instituindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências. (Mens. 73/90-CN.)

Partes vetadas:

– art. 13;

– parágrafo único do art. 13.

Prazo: 23-6-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

Como votam os Srs. Líderes?

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Bancada do PDT votará "não". Disciplina esse veto o processo de desestatização, de privatização. Por princípio somos contra.

O SR. JOÃO ALMEIDA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB recomenda o voto "não", pela rejeição do veto.

O SR. ALDO REBELO (PC do B – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PC do B vota "não".

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Bancada do PT vota "não".

O SR. HUMBERTO SOUTO (Bloco – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelas mesmas razões anteriores, não tem sentido restabelecer para hoje um processo já defasado, acabado, absolutamente inconstitucional, impossível de ser votado. A Liderança do Governo solicita que se vote "sim".

O SR. CÉLIO DE CASTRO (PSB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PSB vota "não".

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PDS vota "sim".

O SR. RICARDO IZAR (PL – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PL vota "não".

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do PDC vota "sim".

O SR. JUTAHY JÚNIOR (PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares a fim de que se tenha início a votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados que se encontram nas bancadas, queiram registrar os seus códigos de voto.

(Procede-se à votação)

O Sr. José Genoíno – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um interesse e uma expectativa da Casa em relação à informação que a Mesa do Congresso Nacional dará sobre a composição e a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por resolução votada ontem no plenário, destinada a apurar as fraudes e irregularidades da Previdência Social.

Pergunto a V. Exª se há condições de informar a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito e sua instalação. Se não houver condições para isso, em que momento a Casa seria informada sobre a instalação e a composição dessa Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A Presidência informa ao nobre Líder José Genoíno de que até este momento, apesar do empenho pessoal do Presidente Ibsen Pinheiro, ainda não chegaram à Mesa as indicações da Câmara dos Deputados. Apenas o Senado Federal o fez. É intenção da Presidência constituir ainda hoje essa importante Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de que amanhã tenhamos a instalação desse órgão, que tem a importante missão de apurar as fraudes cometidas contra a Previdência Social. Se até o término dos nossos trabalhos a lista de indicação dos Srs. Deputados não houver chegado à Secretaria Geral da Mesa, convocaremos sessão do Congresso Nacional para amanhã, quinta-feira, às 10 horas da manhã, quando se procederá ao anúncio da composição dessa comissão, que, certamente, três ou quatro horas depois, se reunirá para eleição do seu Presidente, Vice-Presidente e do respectivo Relator. A Presidência, entretanto, confia em que, ainda esta noite, chegue à Secretaria Geral da Mesa a indicação da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Alguns dos Srs. Deputados deseja exercitar o seu direito de voto?
Lamentavelmente, foram computados apenas 236 votos.

Como não há deputados que queiram exercer o direito de voto, procederei encerramento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Presentes apenas 237 Srs. Deputados a esta altura dos nossos trabalhos, não há **quorum** para apreciação. Fica adiada a votação desta matéria e das demais constantes da Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

– 5 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70 DE 1989

(Nº 6.094/85, na origem),

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1989 (nº 6.094/85, na origem), que altera o art. 3º da Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da categoria funcional de agente de vigilância e dá outras providências. (Mens. nº 84/90 – CN.)

Prazo: 19-8-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 6 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 1982

(Nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1982 (nº 1.611/89, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 552 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil nº 90/90 – CN.)

Prazo: 19-8-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 7 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1985

(Nº 7.941/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1985 (nº 7.941/86, na Câmara dos Deputados), que introduz modificações no Código Penal. (Mens. nº 92/90 – CN.)

Prazo: 31-8-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 8 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 297, DE 1985

(Nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1985 (nº 8.604/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108,

de 21 de setembro de 1966 – Código Nacional de Trânsito. (Mens. nº 93/90.)

Prazo: 31-8-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 9 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 1982

(Nº 7/87, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1982 (nº 7/87, na Câmara dos Deputados), que faculta aos depositantes de estabelecimentos bancários serem consignados em seus talões de cheques as referências que especifica e dá outras providências. (Mens. nº 94/90-CN.)

Prazo: 6-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 10 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 1987

(Nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1987 (nº 1.417/88, na Câmara dos Deputados), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Economistas Domésticos, regula seu funcionamento e dá outras providências. (Mens. nº 115/90-CN.)

Partes vetadas:

- inciso IX do art. 11;
- inciso XIX do art. 11;
- inciso III do art. 29;
- art. 38.

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 11 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 1983

(Nº 1.003/79, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1983 (nº 1.003/79, na origem), que dispõe sobre a desapropriação de imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes. (Mens. nº 116/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Parte vetada: art. 5º

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 12 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 1979

(Nº 7.938/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 289, de 1979 (nº 7.938/86, na Câmara dos Deputa-

dos), que dispõe sobre o instituto da retrocessão e dá outras providências. (Mens. nº 117/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 13 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 1988

(Nº 3.589/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1988 (nº 3.589/89, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora Maria Reginalda Vieira Raduan. (Mens. nº 119/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 14 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 1982

(nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1982 (nº 8.045/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a país estrangeiro pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. (Mens. nº 121/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 15 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 1990

(Nº 3.158/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (nº 3.158/89, na origem), que dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos profissionais de saúde. (Mens. nº 122/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 16 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 1988

(Nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1982 (nº 1.419/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a emissão de selo comemorativo à Semana do Deficiente Físico, a cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos – ECT, e dá outras providências. (Mens. nº 123/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 17 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 50, DE 1990

(Nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990 (nº 5.405/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. (Mens. nº 126/90-CN.)

Prazo: 20-9-90

Partes vetadas: arts. 4º e 11

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 18 –

PROJETO DE LEI Nº 5, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 5, de 1990-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências. (Mens. nº 128/90-CN.)

Partes vetadas

– § 1º do art. 2º com o respectivo anexo
– § 2º do art. 2º
– § 2º do art. 6º
– § 3º do art. 6º

– art. 22

– alínea b do inciso I do art. 24

– alínea b do inciso II do art. 28

– alínea c do inciso II do art. 28

– § 2º do art. 31

– § 4º do art. 31

– inciso V do art. 37

Prazo: 20-9-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 19 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 25, DE 1990

(Nº 2.036/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1990 (nº 2.036/89, na origem), que determina a indicação do prazo de prescrição nos títulos de créditos (cambiais) (Mens. nº 149/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 20 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 49, DE 1990

(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio e dá outras provi-

dências. (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 21 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 97, DE 1989

(Nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989 (nº 3.683/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, tendo

– Relatório, sob nº 8, de 1990-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 159/90-CN.)

Partes vetadas

– §§ 1º e 2º do art. 5º

– inciso IX do art. 6º

– art. 11

– art. 15

– art. 16

– item II do § 2º do art. 26

– parágrafo único do art. 27

– § 1º do art. 28

– § 4º do art. 37

– inciso X do art. 39

– art. 45

– inciso V e § 3º do art. 51

– § 3º do art. 52

– § 1º do art. 53

– § 5º do art. 54

– § 2º do art. 55

– §§ 2º e 3º do art. 60

– art. 62

– parágrafo único do art. 67

– parágrafo único do art. 68

– §§ 2º e 3º do art. 82

– parágrafo único do art. 83

– art. 85

– art. 86

– art. 89

– parágrafo único do art. 92

– art. 96

– parágrafo único do art. 97

– §§ 1º e 2º do art. 102

– incisos X, XI e XII do art. 106

– art. 108

– art. 109

Prazo: 8-11-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 22 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 89, DE 1983

(Nº 7.677/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1983 (nº 7.677/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a proibição da caça ao jacaré e dá outras providências. (Mens. nº 160/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 23 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 48, DE 1989

(Nº 3.099/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 24 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 21, DE 1990

(Nº 3.656/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1990 (nº 3.656/89, na origem), que dispõe sobre a extinção de recursos *ex officio*. (Mens. nº 173/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 26 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 78, DE 1986

(Nº 1.945/83, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1986 (nº 91.45/83, na origem), que inclui o fotógrafo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Mens. nº 178/90-CN.)

Prazo: 9-11-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

– 27 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 68, DE 1990

(Nº 3.607/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 1990 (nº 3.607/90, na origem), que dispõe sobre a criação da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos cargos da Carreira de Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

– Relatório, sob nº 9, de 1990-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 186/90-CN.)

Prazo: 17-11-90

– Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 28 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 70, DE 1990

(Nº 1.032/88, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 1990 (nº 1.032/88, na origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Secretário, revoga a Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985, e dá outras providências. (Mens. nº 206/90-CN.)

Prazo: 29-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 29 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 7, DE 1990

(Nº 3.979/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1990 (nº 3.979/89, na origem), que cria Zona de Processamento de Exportação do Município de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais. (Mens. nº 207/90-CN.)

Prazo: 29-11-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 30 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 42, DE 1990

(Medida Provisória nº 237, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 42, de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. (Mens. nº 227/90-CN.)

Partes vetadas

- art. 4º
- art. 5º
- art. 6º
- art. 7º
- art. 12
- § 1º do art. 14
- §§ 4º e 5º do art. 18

Término do prazo: 19-2-91

Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

- 31 -

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 14, de 1990-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais de Cr\$ 1.598.225.000,00, para os fins que especifica. (Mens. nº 228/90-CN.)

Parte vetada: art. 2º

Término do prazo: 19-2-91

Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição.

- 32 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 52, DE 1983

(Nº 8.037/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 52, de 1983 (nº 8.037/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Prazo: 25-2-91

Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 33 -

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 48, DE 1990

(Medida Provisória nº 248, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 48, de 1990, que dispõe sobre a comercialização e industrialização do trigo, e dá outras providências. (Mens. nº 239/90-CN.)

Partes vetadas

- § 1º do art. 1º
- art. 2º
- art. 3º
- art. 4º

Prazo: 4-3-91

Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 34 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 30, DE 1988

(Nº 1.418/88, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1988 (nº 1.418/88, na Câmara dos Deputados), que altera o Código Brasileiro de Telecomunicações, tornando obrigatório que as emissoras de televisão, ao final das programações diárias, transmitam imagens de crianças desaparecidas ou sequestradas. (Mens. nº 247/90-CN.)

Prazo: 11-3-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 35 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 160, DE 1984

(Nº 8.597/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1984 (nº 8.597/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivos à Lei nº 6.024, de 13 de março de 1984. (Mens. nº 248/90-CN.)

Prazo: 11-3-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 36 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 93, DE 1990

(Nº 5.504/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1990 (nº 5.504/90, na origem), que dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, tendo

- Relatório, sob nº 11, de 1990-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 258/90-CN.)

Partes vetadas

- Parágrafo único do art. 64
- § 1º do art. 87
- § 2º do art. 87
- art. 90
- art. 192
- art. 193
- § 2º do art. 226
- § 2º do art. 231
- alínea d do art. 240
- alínea e do art. 240
- § 4º do art. 243
- art. 246
- art. 250

Prazo: 11-3-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 37 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 13, DE 1983

(Nº 8.281/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1983 (nº 8.281/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de teatro ou biblioteca pública, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente, tendo

- Relatório, sob nº 1, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 8/91-CN.)

Prazo: 28-3-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

- 38 -

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 129, DE 1984

(Nº 36/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1984 (nº 8.036/86, na Câmara dos Deputados) que dispõe sobre recenseamento no Distrito Federal, nos municípios das capitais dos estados e nos que integram as regiões metropolitanas, sendo

- Relatório, sob nº 2, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 9/91-CN.)

Prazo: 28-3-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

_ 39 _

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 50, DE 1990

(Medida Provisória nº 249/90)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, tendo

- Relatório, sob nº 3, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 10/91-CN.)

Partes vetadas

- art. 1º
 - art. 2º
 - art. 3º
 - art. 4º
 - art. 6º
 - art. 7º
 - art. 8º
 - art. 9º
 - art. 10 e
 - art. 16
- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

_ 40 _

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 44, DE 1990

(Nº 4.788/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1990 (nº 4.788/90, na Casa de origem), que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. (Mens. nº 11/91-CN.)

Parte vetada

- art. 13

Prazo: 28-3-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

_ 41 _

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 100, DE 1990

(Nº 4.759/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 1990 (nº 4.759/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação das Procuradorias da República nos Estados de Roraima e Amapá e dá outras providências. (Mens. nº 12/91-CN.)

Parte vetada

- art. 2º

Prazo: 28-3-91

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

_ 42 _

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória nº 151, de 1991)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências.

(Mens. nº 71/90-CN.)

Partes vetadas

- § 1º do art. 1º
- § 2º do art. 1º
- § 3º do art. 1º
- art. 3º
- § 1º do art. 4º
- art. 6º
- parágrafo único do art. 6º
- parágrafo único do art. 7º
- alínea e do parágrafo único do art. 16
- § 5º do art. 18
- § 2º do art. 20
- art. 25 e
- art. 26.

Prazo: 23-6-90

- Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10h, destinada à votação das matérias constantes da pauta de hoje, que não foram votadas por falta de **quorum**. Nessa ocasião espera a Mesa proceder à indicação dos trinta membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e dos respectivos suplentes da Comissão Mista de Inquérito do Congresso Nacional.

O Sr. Eduardo Jorge - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Tem a palavra V. Exª

O SR. EDUARDO JORGE (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V. Exª está convocando a sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 10h, e a Comissão de Seguridade Social e da Família tem uma sessão marcada para o mesmo horário, inclu-

sive com a presença do Ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antônio Rogério Magri.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Previdência reconhece a relevância da convocação do Ministro de Estado, mas também entende que quinta-feira é um dia em que habitualmente os Parlamentares à tarde começam a se deslocar para os seus respectivos Estados, a fim de melhor assistir suas bases políticas, exatamente a própria comunidade que representam. A Mesa recebeu a sugestão de convocar esta sessão para às 10h, ao invés de marcá-la para as 18h30min, caso em que a instalação da Comissão Mista de Inquérito só ocorreria na próxima sexta-feira. Em razão disso, a Presidência espera contar com a compreensão do nobre Líder Eduardo Jorge. Na hierarquização das matérias, obviamente a instalação de uma CPI tem relevância, embora a realização de uma sessão seja indiscutivelmente importante para o funcionamento do Poder Legislativo.

O Sr. Elío Dalla Vecchia - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. ELIO DALLA VECCHIA (PDT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ocorre exatamente o mesmo com a Comissão de Finanças e Tributação. Amanhã, teremos reunião às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência espera que o anúncio da Comissão Parlamentar de Inquérito possa ocorrer com a maior celeridade possível, sem que se obstaculize a realização dos trabalhos das Comissões. Acredito que talvez seja prejudicada a apreciação dos vetos, porque há necessidade da presença em plenário de **quorum** qualificado para a apreciação desta matéria; mas o simples anúncio dos que vão integrar a Comissão Mista de Inquérito não ensejará a obrigatoriedade da presença, o que seria ideal, no plenário do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 25 minutos)

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 3.519,65

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 3.519,65

J. avulso Cr\$ 71,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes — Brasília — DF
CEP: 70160.**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 a Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação e Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 108

(outubro a dezembro de 1990)

Está circulando o nº 108 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 330 páginas, contém as seguintes matérias:

Direito, Estado e Estado de Direito — *Inocência Mártires Coelho*

As eleições de 1990 — *Ministro Sydney Sanches*
A disciplina constitucional das crises econômico-financeiras — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

A reforma monetária e a retenção dos ativos líquidos no Plano Brasil Novo — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

Novas funções e estrutura do Poder Judiciário na Constituição de 1988: uma introdução — *Silvio Dobrowolski*

O mandado de injunção, os direitos sociais e a justiça constitucional — *Paulo Lopo Saraiva*

Norma constitucional e eficácia (ângulos trabalhistas) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas — *Odete Medauar*

Meio ambiente e proteção penal — *René Ariel Dotti*

A Constituição Federal de 1988 e as infrações penais militares — *Álvaro Lazzarini*

Administração na Constituição — *Sebastião Baptista Affonso*

Servidores públicos — regime único — *Eurípedes Carvalho Pimenta*

Da exigibilidade de limites de idade e da eleição de critérios de desempate fundados em idade, em concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de

cargo ou emprego público — *José Leone Cordeiro Leite*

Princípios básicos da administração pública — *Jarbas Maranhão*

Auto-regulação e mercado de opções — *Arnoldo Wald*

Os contratos de adesão e o sancionamento de cláusulas abusivas — *Carlos Alberto Bittar*

A Carta e o crime — *N. P. Teixeira dos Santos*

O direito da personalidade como direito natural geral. Corrente naturalista clássica — *Iduna E. Weinert*

Pesquisas em seres humanos — *Antonio Chaves*

Prolegómenos para la reflexión penal-criminológica sobre el derecho a culminar la vida con dignidad (la eutanasia) — *Antonio Beristain*

Kirchmann e a negação do caráter científico da ciência do Direito — *Elza Roxane Álvares Saldanha*

As chamadas prescrições "negativa" e "positiva" no Direito Civil Brasileiro e Português, semelhanças e diferenças — *Luiz R. Nuñez Padilla*

A constitucionalização da autonomia universitária — *Edivaldo M. Boaventura*

Um projeto de desenvolvimento sócio-econômico integrado para a Região Oeste do Paraná — *Rossini Corrêa e Nelton Friedrich*

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I, 22º andar —
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991
(nºs 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 109

(janeiro a março de 1991)

Está circulando o nº 109 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 354 páginas, contém as seguintes matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho — *Edivaldo Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira — *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Sílvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial — *Álvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição — *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos no Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Souza Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci — *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a Constituição de 1988 — *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança — *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzili*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luís Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria

de Edições Técnicas —

Senado Federal, Anexo I, 22º andar —

Praça dos Três Poderes,

CEP 70160 — Brasília, DF —

Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991

(nºs 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

DIREITOS HUMANOS

- A Subsecretaria de Edições Técnicas está lançando a obra DIREITOS HUMANOS, em dois volumes.
- No volume 1, instrumentos internacionais; documentos diversos.
PREÇO: Cr\$ 1.000,00. 568 páginas.
- No outro volume; Declarações de Direitos e Garantias.
PREÇO: Cr\$ 1.000,00. 319 páginas.

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

MACHADO DE ASSIS E A POLÍTICA

Livro de crônicas de Machado de Assis sobre o *Senado do Império*.

Apresentação do Senador NELSON CARNEIRO, Presidente do Congresso Nacional; dos escritores Austregésilo de Athayde, Afonso Arinos, Afrânio Coutinho, Carlos Castelo Branco, Luiz Viana Filho, José Sarney, Josué Montello, Marcôs Vinícius Vilaça, Raymundo Faoro.

“Política, como eu e o meu leitor entendemos, não há. E devia agora exigir-se do melro o alcance do olhar da águia e o rasgado de um voo? Além de ilógico seria crueldade.”

(DRJ, 1-11-1861)

“Cada Ministro gosta de deixar entre outros trabalhos um que especifique o seu nome no catálogo dos administradores.”

(DRJ, 10-12-1861)

Edição comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Machado de Assis.

“Deve-se supor que é esse o escolhido do Partido do Governo, que é sempre o legítimo.”

(DRJ, 10-11-1861)

“Em que tempo estamos? Que País é este?”

(DRJ, 12-6-1864)

“Se eu na galeria não posso dar um berro, onde é que hei de dar? Na rua, feito maluco?”

(A Semana, 27-11-1892)



Edição Limitada
ADQUIRA SEU EXEMPLAR

Cr\$ 800,00

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF — CEP 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Coordenação de Atendimento ao Usuário — Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS